



Memória e projeto: caminhos em construção

Roseli Fischmann

Recém-chegada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo, eis-me aqui, integrada à celebração dos dez anos de existência do Mestrado em Educação. Como é recente a parte de minha história que se entrelaça diretamente com o aniversariante, o honroso convite para apresentar este memorial leva-me a procurar enfocar o que me traz a este presente em construção e a indicar o futuro que se anuncia.

Estruturei este texto, então, em três partes. A primeira trata de meus vínculos com os temas da educação e em particular da escola, tomando minha própria formação em seus primórdios para auxiliar a compreender a trajetória. A segunda parte traz os temas ligados à questão da discriminação, do racismo, da tolerância, que, em um primeiro momento, pareciam ruptura com minha trajetória anterior, mas que demonstraram ser um desenvolvimento necessário ao que vinha até então fazendo; até hoje me mostram, a cada vez, vínculos que ainda não percebera com os meus inícios, como a defesa do Estado laico, que ganhou, com o tempo, renovada dimensão. A terceira parte traz temáticas que me movem e que teoricamente entrelaçam as anteriores, porque as transversalizam, tratando do tema da paz e dos direitos humanos.

Temas fundadores: escola pública, política e organização do sistema escolar

Se precisasse sintetizar, diria que minha formação pessoal e acadêmica funda-se em um constante exercício de ação e reflexão, ou ao dizer de Foucault, funda-se em revezamentos entre

ações teóricas e ações práticas. Para lembrar o tão citado trecho de Ortega y Gasset, “eu sou eu e minha circunstância¹”, foi minha circunstância que, cedo na vida, me impeliu a construir o diálogo teoria e prática, como possibilidade e desafio.

Sou formada pelo antigo “curso normal de formação de professores”, que integrava o antigo ensino médio. Antigo, porque sou do tempo que o ensino médio tinha dois ciclos, o ginasial e o colegial, sendo que o normal equivalia ao colegial.

Portanto, sou do tempo de exame de admissão ao ginásio, após o primário de quatro anos de duração. Venho, portanto, de uma geração em que a exclusão escolar começava cedo, o que era denunciado pelo fato de o “curso primário” de então, com quatro anos de duração, oferecer diploma e não certificado. E de um grupo social que tinha consciência dessa exclusão e se dedicava a conseguir um espaço, mais árduo ainda para nós, mulheres. Ou seja, entendia-se que aos 10 ou 11 anos de idade a pessoa tinha maturidade para ter um diploma, o mesmo que era exigido para início da maior parte das alternativas de vida profissional, “com carteira assinada”, que se abria por lei aos 14 anos de idade, lei muito freqüentemente burlada para assimilar jovens trabalhadores informalmente. Para as mulheres, ainda, a vida no lar era o grande objetivo proposto socialmente; somos uma geração que, no Brasil, enfrentou expectativas sociais “do lar”, para, em contraste, desenvolver uma vida profissional própria, e que teve rapidamente na vida o que Oliveira (1983) denominou “as pedras no bolso do feminismo”.

Nesse contexto, chegar a fazer exame de admissão e ser aprovada para o ginásio em colégio público era um feito razoável para os jovens de classe-média e classe média-baixa que passavam pelo seu primeiro grande teste; de fato, as oportunidades escolares mesmo para o curso primário não eram ainda universalizadas. Já a entrada no colegial, nome do nível médio de então, era ainda mais difícil, e, naquele tempo, a alternativa de um curso profissi-

¹ Lauand (2007) lembra que seria sempre importante lembrar a citação completa “*Yo soy yo y mi circunstancia y si no la salvo a ella no me salvo yo*”, mas que em geral se pára pela metade. Para não fazer o mesmo, pelo menos aqui trago a citação completa, tão apropriada para este memorial.

onal (ainda não chamado de “profissionalizante”) era considerada com bastante atenção, mesmo também sendo dependente de seleção. A questão em pauta, aí, era poder terminar o ensino médio e logo começar a trabalhar, claramente a escola em seu papel de suporte à mobilidade social, como tão bem apontaram Gouveia & Havighurst em seu estudo clássico sobre o tema (1969).

De minha parte, sabia que queria ser professora desde pequena. Fazer o curso “normal” foi o caminho escolhido e com 15 anos dei minha primeira aula “oficial”, com orientação da professora de “metodologia do ensino”, nome de disciplina que então proferia com solenidade. Fazia também o conservatório musical, nessa época, estudando piano, e as aulas teóricas e práticas ali eram o único impedimento para que não me postasse todos os dias nas salas do primário, a estagiar e auxiliar nas aulas.

Terminei o conservatório e o normal ao mesmo tempo, prestei o vestibular, fui aprovada no curso de pedagogia da Universidade de São Paulo, a USP, para, em 1971, com dezessete anos, lá começar minha vida acadêmica, jamais deixando aquele espaço, no qual também comecei a lecionar em 1975, aos 22 anos de idade, e onde atuo ainda hoje, após a aposentadoria, como professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação, orientando mestrandos e doutorandos; ali orientei a formação de muitos colegas que atuam na própria USP e em diferentes estados do Brasil, como alguns no exterior; sigo coordenando grupo de pesquisa, somando, agora, mais de 38 anos ininterruptos na instituição, 34 prestando serviços acadêmicos naquela universidade pública, portanto serviços públicos, no que tomo em seu sentido mais nobre, de servir, missão que, entendo, a ciência tem². Ajudei a construir a Faculdade de Educação da USP, que iniciava seu segundo ano quando lá ingressei, depois de desmembrada da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, mas ainda ecoando essa filiação por um bom tempo, do qual se beneficiou minha formação.

Sucede que logo após ingressar no curso de graduação, na USP, prestei os primeiros concursos públicos que foram abertos

² A esse respeito, ver Fischmann (2008).

para “professor de ensino de primeiro grau”, terminologia ligada a então recentemente promulgada Lei n. 5692/71, que instituiu o ensino de primeiro grau com oito anos de duração, antecessor do atual ensino fundamental. Os concursos foram abertos, um pelo Governo do Estado de São Paulo e o outro pela Prefeitura do Município de São Paulo, cidade onde resido desde que nasci. Fui aprovada em ambos, mas o do “Estado”, como se dizia então, embora realizado antes, no começo de 1971, demorou a chamar os aprovados para “assumir”, no jargão dos concursos, tanto que o fez quando eu já lecionava na USP, em 1975, chamada que não atendi em razão desse outro compromisso assumido, desistindo da vaga.

Já a prefeitura de São Paulo ampliava de forma considerável a rede escolar municipal naquele momento, necessitava de professores, com o que poucos meses transcorreram entre as provas, no final de 1971, e o início das atividades em abril de 1972, com a “posse” e o “exercício”, como fui então aprendendo na linguagem oficial. Assim, aos 18 anos de idade, assumi um cargo de “Professor EM-I” na rede municipal de São Paulo, em uma escola na zona leste, no endereço mais típico da época, “rua hum, sem número”, já que as escolas haviam se espalhado por todos os cantos da cidade em busca de democratizar oportunidades escolares. Era entre o Parque São Lucas, a Vila Ema e Sapopemba; um dos ônibus que podia tomar para a escola, se seguisse mais uns poucos pontos, me levaria a Santo André, bem próximo dali; ou seja, tenho familiaridade profissional com as vizinhanças da Metodista, o ABC histórico, desde longa data.

Da experiência de trabalhar em escola pública simultaneamente à realização dos cursos na USP, de pedagogia e, depois, o início do mestrado, ficou-me a vivência do questionamento constante, inquietante, sempre bem vindo. É que, em minhas atividades diárias, vivia como se fossem duas realidades paralelas ao invés de variação do mesmo tema “educação”, com o que aprendia na USP e com o que via e vivia na escola pública em que trabalhava. Os contrastes entre o que se pregava, em meio à teoria, e as dificuldades da prática escolar, criaram inúmeras oportunidades de questionamento: na escola, porque via uma

realidade que se distanciava demais de tudo o que eram de fato suas possibilidades; na universidade, porque encontrava uma teoria pouco afeita a efetivamente encarar a prática da escola, embora voltada para ela, quanto à justificativa de sua proposta acadêmica e da formação profissional que oferecia a seus alunos.

Na USP, como mencionei, a Faculdade de Educação se estruturava como nova unidade universitária, desagregada que fora da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com a Reforma Universitária e a reforma da própria USP. Contudo, a antiga afiliação estava presente no currículo que tínhamos de cumprir no curso de Pedagogia, com oito semestres de Filosofia, outros oito de História da Educação, que freqüentemente se compunha com História da Filosofia, diversos semestres de Sociologia e Sociologia da Educação, uns pares de semestre de Psicologia da Educação.

Era necessário escolher uma “habilitação”, como então era chamada a parte específica do curso, e me decidi por aquela que se dedicava à Administração Escolar, combinada com uma segunda habilitação, a de Inspeção Escolar, atividade que logo depois de minha formatura, em 1974, viria a desaparecer como cargo e a dar lugar à supervisão escolar, exclusivamente, e para o que minha habilitação era reconhecida. Com essa escolha, mergulhei em estudos de teoria das organizações, administração geral, economia, estatística, tudo dialogando muito bem com a formação em ciências sociais e sem esquecer a filosofia, o que mais me amparava no debate ético com o qual me aproximava das leituras sobre administração geral, base de nossa formação em administração escolar. Essa escolha, feita antes dos vinte anos de idade – que no último ano coincidiu com um convite para atuar como assistente de direção na escola municipal em que trabalhava, reiterando as possibilidades de questionamento teoria-prática –, marcaria todas as minhas atividades futuras, inclusive minha atual vinculação na Metodista, junto à linha de pesquisa Políticas e Gestão Educacionais.

Era árduo conciliar a atividade profissional e a formação acadêmica, tanto pelo acúmulo de responsabilidades, como pela dificuldade que era a distância entre o local de trabalho e o de

estudo; deste último, tenho a lembrança de como me propiciou, tantas vezes, ocasião para as leituras, feitas nos muitos ônibus nos quais cumpria a viagem de leste a oeste em São Paulo, entre a escola municipal e a Cidade Universitária.

Terminado o curso de Pedagogia, após cursos e estágios, decidi-me por iniciar o mestrado, com a convicção de que teoria e prática podem complementar-se mutuamente (mais tarde encontrei as leituras que me davam a base para fazer esse debate), e com o compromisso pessoal de dedicar minhas pesquisas à melhoria da escola e da sociedade. Era muito jovem e sabia de minhas limitações, não havia arrogância nessa intenção, mas a consciência das possibilidades de contribuição que trabalhos acadêmicos podem dar à sociedade, nos muitos campos em que atua a ciência – e era ali que queria estar.

Em um processo natural de escolha, decidi-me pelo mestrado na área de concentração Administração Escolar, enfrentei o árduo processo seletivo e em março de 1975 comecei o curso, continuando a trabalhar na rede municipal de ensino da cidade de São Paulo. Logo depois, em meados de agosto daquele mesmo ano, com vinte e dois anos recém completados, fui surpreendida por um convite para passar a integrar o corpo docente da FEUSP, em razão da saída inesperada de uma professora. Lá iniciava meu percurso como docente, posição reiterada na aprovação em concursos públicos da USP, consubstanciando trajetória que me permitiu também viver outros contatos e vínculos, como me trouxe aqui, onde encontro novas possibilidades.

No Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da USP, era hábito, então, que professores iniciantes ficassem alguns anos lecionando apenas para as licenciaturas, o que ocasionou algumas situações peculiares para mim. Como naquela época os estudantes vinham para a licenciatura apenas após o término do respectivo bacharelado, ou bem no final, por anos meus alunos eram mais velhos que eu. Os estudantes, provenientes de diversas áreas, com experiências políticas diversas, traziam grandes contribuições, com o que vivi, na prática, o que aprendera das leituras, então “perigosas” no Brasil, de Paulo Freire, sobre ser “educadora-educanda”, na relação com os estu-

dantes que eram “educandos-educadores” para mim. Com alegria aqui na Metodista encontrei colegas dedicados a um projeto em torno do pensamento de Paulo Freire – professores Elydio dos Santos Neto, Maria Leila Alves e Danilo Di Manno de Almeida –, que me auxiliam por ter tão perto esse referencial fundamental para todos os pesquisadores da educação. Voltando àquele tempo, em meio à anistia, à “abertura lenta, gradual e segura” do regime militar, ajudava a construir a FEUSP, pois éramos nós, a maior parte dos professores, jovens pesquisadores ainda em processo de obter o mestrado. Nada foi simples, os desafios eram imensos; fomos uma geração que construiu as bases não apenas desta ou daquela universidade, mas da expansão do sistema universitário como um todo para o Brasil.

Desenvolvia, assim, em meio a densos e múltiplos envolvimento acadêmico-profissionais, meu mestrado, o qual decidira dedicar à estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo (SME/PMSP), órgão que conhecia de minha própria atuação e envolvimento também; com isso, a dissertação, depois de defendida e aprovada, chegou a ser utilizada até como diagnóstico organizacional por aqueles que ocuparam a SME/PMSP na gestão do então prefeito Mario Covas, segundo testemunhos de diversos colegas, em 1983.

Em meio a tudo isso, a vida familiar se reorganizava para mim com o nascimento de meu primeiro filho, em 1979. Giro existencial magnífico, compreendi que ser educadora não me fazia melhor mãe, mas ser mãe me fez ser melhor educadora e melhor pesquisadora da educação, mais exigente com meus resultados, porque agora vislumbrava outro tipo de alcance possível para meu trabalho: o mundo mudava, porque ali havia um ser que dependia de mim e a quem teria que prestar contas muito diretas sobre o que era aquilo tudo que fazia. Como diria a ele, mais tarde, o que era meu trabalho? De que teriam valido tantas páginas escritas, naquele tempo ainda à base de caneta e papel, ou no máximo a máquina de escrever mecânica, barulhenta companhia nas noites de estudo e criação?

Terminei o mestrado em 1982 com sucesso, estruturei o primeiro convênio da FEUSP com o MEC que então abria

edital para selecionar propostas e financiar atividade conjunta de universidades e redes públicas de ensino. Nossa proposta de trabalho recaiu sobre a SME/PMSP, com a qual estava em contato por causa do mestrado, em uma atividade interessante e inovadora, integrando pesquisa e prática; a execução não cheguei a coordenar, passando a tarefa a outra colega, porque, quando finalmente chegaram os recursos financeiros do MEC, chegara também meu segundo filho, em 1983, e com ele, como antevia, novos questionamentos.

É importante destacar, dessa época, uma crescente aproximação com a rede pública de ensino, inclusive a estadual, fosse por meio dos sindicatos, como a UDEMO, a APASE e a APEOESP, fosse por meio da própria Secretaria de Educação, em colaborações com a CENP, com as Diretorias Regionais, com a FDE, por exemplo. Por isso foi com alegria que encontrei, na Metodista, a professora Marília Duran, bem como a professora Maria Leila Alves com quem já tivera diversas colaborações desde essa época, do início dos anos 1980.

Já tinha, a essa altura, meu doutorado adiantado, no que se referia às disciplinas e atividades, era o sistema antigo em que precisávamos fazer um grande número de créditos em disciplinas. A maior parte, fiz durante a gravidez, cursando disciplinas na Economia, na Ciência Política, e não apenas na Educação. Esse entrelaçamento me parece ser tão peculiar à vida das mulheres acadêmicas. Porque geramos os filhos e filhas que colocamos no mundo, nossos corpos e nossas vidas são profundamente alteradas por essas queridas presenças que albergamos até que possam vir ao mundo, e, vindas à luz, até que possam seguir seu trajeto. Não haveria como fazer um memorial “isento”, nesse sentido.

Nessa época, um artigo que escrevi em 1983, publicado na *Revista da Faculdade de Educação* (hoje *Educação e Pesquisa*), lançou temas inovadores sobre divisão do trabalho na escola, preâmbulo dos debates sobre gestão democrática escolar (FISCHMANN, 1984), que outros colegas referenciaram. Em meus estudos dessa época, identifiquei proximidade, na Metodista, com as pesquisas do professor Décio Paes, um dos primeiros com quem interagi no Programa, antes de integrá-lo, ainda em

uma banca da qual participei a convite da professora Ana Paula Hey, para cuja vaga, aberta em razão de sua aprovação como docente na USP, fui selecionada.

Porém gostaria de me referir também, em particular, à menção que aquele artigo (FISCHMANN, 1984) fazia a essa presença da mulher na educação, da singularidade desse envolvimento que convidava ao estudo. É uma contribuição que preso muito, e que, dez anos depois, vim a retomar pela vertente dos direitos das mulheres e dos direitos sexuais e reprodutivos, com apoio da Fundação MacArthur, de Chicago, projeto sobre o qual depois tratarei, mas que bem demonstra como se tece a nossa vida, um fio que parece solto aqui, mais tarde ali retorna, se combina com outros, e eis um novo tecido a envolver a existência. Por exemplo, vim encontrar, na Metodista, com a professora Jane Soares de Almeida, que tem se dedicado a estudos de gênero na perspectiva da História da Educação, o que me permite pensar em diálogos produtivos entre nossos projetos, em diferentes linhas de pesquisa.

Para o tema do doutorado me debatia entre três projetos de pesquisa, cada qual dando continuidade a algum tema com o qual estava envolvida, sem me definir por um apenas e tornando mais lento – embora produtivo – o processo. Enquanto isso, e combinado à minha formação, a vida como docente me colocara a assumir postos de representação na administração da USP e, compromissada com a proposta de uma representação efetiva, legítima e participativa, envolvia-me em diversas atividades que repercutiram em novos caminhos, não apenas para mim.

Em uma delas, como resultado de um grupo informal resultante de atividades de celebração do Cinquentenário da USP, em 1984, coordenei, em 1985, o Seminário Itinerante Desenvolvimento Econômico e Social, Dependência Nacional e Formação de Professores, com apoio de colegas da FEUSP e de outras unidades. Esse seminário me permitiu ter contato próximo com os professores Florestan Fernandes, que fazia então sua primeira apresentação pública na USP após o retorno do exílio, Octavio Ianni, Paul Singer, Perseu Abramo, assim como com alguns professores de uma geração mais recente e também respeitada,

como o professor Roberto Romano, entre outros. Foi um seminário que promoveu um debate itinerante pelas unidades da USP, promovendo uma chamada à responsabilidade institucional pela formação de professores, das licenciaturas como tarefa de todos, não apenas da Faculdade de Educação. Pela Brasiliense publicamos, então, em 1986, em coautoria, reunindo diversos pesquisadores de diferentes áreas, o livro *Universidade, escola e formação de professores*, resultado daquele seminário, que se tornou um marco do tema. Dessa época também se intensificaram as colaborações com a imprensa, iniciadas no começo dos anos 1980, em particular com a *Folha de S.Paulo*, fosse como “fonte”, fosse como autora de artigos e resenhas.

Ainda em 1987 publiquei outro livro, para o qual fora convidada pela editora Atlas, convite que partilhei com colegas da FEUSP e de outras instituições para um debate do momento educacional, que mereceu o título *Escola brasileira: temas e estudos*. O gérmen do livro fôra um simpósio sobre política educacional brasileira que articulara, em colaboração com o professor Roberto Romano, da UNICAMP, realizado na 38ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, em 1986, com apoio da diretoria da SBPC, do conselho científico da reunião anual, após apresentação da ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da Educação), do qual participaram também, a nosso convite, os professores Carmen Silvia Vidigal de Moraes e Romualdo Portela de Oliveira. A partir de nossos quatro artigos estruturei o livro, com mais um grupo de outros colegas, obra que mereceu resenhas em órgãos da imprensa e em periódicos.

Em meio a essa militância acadêmica, quando se dava a transição entre a ditadura e a plena democracia, finalmente defini o tema de meu doutorado, em meio às diversas alternativas que se apresentavam perante minha motivação. Decidi investigar a resistência à mudança na burocracia estatal, enfocando a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. A pesquisa realizada para o texto que apresentara na reunião da SBPC, em 1987, serviu como propulsora dessa decisão, porque os resultados indicaram que, ao longo de vinte anos, os documentos oficiais, no

nível federal, mudavam a retórica, mas não propiciavam mudanças efetivas em direção a superar os problemas da educação nacional, que se repetiam e eram apenas renomeados a cada vez.

A questão da resistência à mudança levou-me a discutir a relação entre imagem e identidade, em busca de compreender o que é efetiva mudança e o que é meramente cosmética ou impressionismo. O caminho pelo estudo da identidade levou-me a expandir horizontes e questionamentos, entrelaçados com questões existenciais que se colocavam para mim, e que, doutorado na mão, resolvi encarar mais plenamente, ligadas a questões da discriminação contra minorias religiosas, da relação entre cristãos e judeus e especificamente entre católicos e judeus. A decisão foi tomada, mesmo que, à primeira vista, aparentasse ser um abandono do caminho até então trilhado, para tomar um novo rumo. Era sim, uma nova proposta, mas que não tardaria a mostrar suas composições com o já vivido.

Pesquisa e construção de parcerias sociais: identidade e pluralidade cultural

O tema da discriminação das minorias religiosas e, a partir dessa primeira percepção-compromisso, o da discriminação de minorias em geral, nasceu primeiramente como compromisso ético e necessidade existencial de enfrentar questões que, se haviam já aparecido em minhas reflexões, e o tinham, não haviam ocupado, até então, o centro da atenção como pesquisadora. Como surgiu do existencial para encaminhar-se para o acadêmico, o primeiro movimento foi de vivência, de buscar pessoas e organizações que já estivessem envolvidas na busca de caminhos. Tinha uma grande preocupação com o tema da paz, em particular no Oriente Médio, inevitável por sua vinculação existencial, para mim.

Tomei então caminhos que me levaram por entre grupos que já existiam, com história consolidada, como o Conselho da Fraternidade Judaico-Cristã e a Comissão de Diálogo Católico-Judaico (inicialmente patrocinada pela CNBB³ e depois também

³ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

pela CONIB⁴). Ali encontrei gente de diversas crenças, em boa parte religiosos, interessados em promover o ecumenismo e o diálogo inter-religioso. A convite do rabino Henry Sobel participei da reunião que, em 1989, celebrou os 25 anos da Declaração Conciliar *Nostra Aetate*, para a qual veio ao Brasil o representante do Vaticano para o diálogo inter-religioso. Compreendi a grandeza, a complexidade e a dificuldade da missão, mais política que religiosa, e o compreendi o bastante para saber que é tema para adultos de boa vontade, instruídos e determinados a promover o respeito mútuo e a compreensão – mas que jamais poderá ser para crianças e adolescentes, como, embora bem intencionada, equivocadamente prega uma corrente que defende o ensino religioso ecumênico (ou supra-confessional, como denominam) em escolas públicas.

A vivência direta do tema das relações entre religiões e a atenção sensível ao tema do antisemitismo e do antissionismo levaram-me a compreender que precisava debater a discriminação em si, aquela que exclui ao desumanizar o objeto de seu ódio. Na preocupação com a paz no Oriente Médio, estive presente a uma celebração organizada pela Folha de S.Paulo em janeiro de 1991, em meio à primeira Guerra do Golfo, que o jornal promoveu para celebrar seu 60º aniversário. Uma história bela – momento único de oportunidade que se apresentou, tendo em conta a busca que vinha empreendendo de tentar interlocução com os muçulmanos, sem os quais sabia que não haveria como pensar aquele tema da paz –, aproximou-me do professor Mohamed Habib, da Unicamp, amigo e irmão. Naquele ano cursei dois semestres da disciplina “Alcorão e a modernidade”, com o professor Helmi Nasr, amigo-mestre a quem recorro quando preciso, na honra de ser tão próxima dele que, aos 90 anos foi indicado como um dos membros do Conselho Mundial dos Sábios do Islã, primeiro na história a representar a América Latina. Quanto ao professor Mohamed, nunca mais nos afastamos, desde então; ainda naquele ano de 1991 organizamos um simpósio na 43ª Reunião Anual da SBPC, com apoio irrestrito da

⁴ Confederação Israelita do Brasil.

Diretoria da entidade, sobre o papel da ciência e dos cientistas na construção da paz.

O tema da inclusão de todos os grupos precisa ser considerado nos trabalhos que se voltam para superar a discriminação, de forma a considerá-la como fenômeno estrutural que é, porque, se se permitir que corra livre em direção a um grupo, a todos atingirá. Como no conhecido trecho de Martin Niemöller⁵:

Um dia vieram e levaram meu vizinho que era judeu. Como não sou judeu, não me incomodei. No dia seguinte vieram e levaram meu outro vizinho que era comunista. Como não sou comunista, não me incomodei. No terceiro dia vieram e levaram meu vizinho católico. Como não sou católico, não me incomodei. No quarto dia, vieram e me levaram; já não havia mais ninguém para reclamar.

Essa percepção levou-me a ampliar o campo de interesse, incorporando semelhante ampliação a minhas pesquisas, buscando referencial teórico que me permitisse trabalhar com tão relevante disposição ética que, entendia, deveria estar presente na educação desde muito cedo, ainda na primeira infância, como encontrei em Theodor Adorno (1953), das primeiras leituras a vir em meu auxílio.

Dos contatos iniciais, com lideranças religiosas⁶ e com acadêmicos, ampliando o que vinha fazendo desde 1989, houve a possibilidade de formar e coordenar o “Fórum de Religiões”, em 1992, que mereceu apoio do Ministério das Relações Exteriores e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Iniciava ali uma colaboração com órgãos da ONU, que posteriormente ganharia maior força, amplitude e impacto com a colaboração com a UNESCO. Realizávamos as reuniões do Fórum

⁵ O trecho desse pastor luterano é considerado como integrante de uma prédica, em pleno regime nazista, provavelmente em 1933. O original em alemão está disponível na internet no site de literatura <http://www.revista.agulha.nom.br/autoria1.html>

⁶ Nas fases que antecederam essa iniciativa, tomei contato, por indicação que me fez o padre Leonardo Martin, Franciscano da Reconciliação, com a pastora Nancy Cardoso Pereira, da Igreja Metodista e então docente em diversos cursos de teologia, acadêmica que muito colaborou naqueles momentos iniciais.

de Religiões em rodízio de sede, por não dispormos de recursos financeiros, sendo cada uma das comunidades vinculadas ao trabalho – religiões de matriz africana, espiritualidades indígenas, budistas, luteranos, metodistas, católicos, judeus, muçulmanos – a cada vez. Nessa época entendi que a laicidade da ciência é básica e indispensável para possibilidades que pode oferecer a qualquer diálogo de cooperação e entendimento entre grupos diversos, porque não é da mesma natureza, não discute dogmas, não impõe verdades, mas se importa com a dignidade humana de cada um, não compete no campo religioso, mas abre-se como solo de possível reflexão e busca de caminhos. Mobilizamo-nos por ocasião do Acordo de Paz de Oslo, assinado em Washington, D.C., que deu o Nobel da Paz a Shimon Peres, Yasser Arafat e Yitzhak Rabin (de abençoada memória); a manifestação foi feita em nome do Fórum, mas enquanto ativistas do meio científico, antes do Acordo e em apoio a ele, empenhamo-nos em mobilização junto às sociedades científicas, via SBPC, para que enviassem mensagens de apoio às embaixadas árabes e israelense no Brasil. Uma celebração tocante, logo depois da assinatura, foi organizada pelo Fórum na sinagoga do então Lar Golda Meir, com apoio do rabino Michel Leipziger e diretoria do Lar, e em articulação com o Professor Mohamed Habib, sendo a segunda noite de Rosh Hashaná⁷, com participação de quase todos os membros do Fórum, ou representantes, e palestinos residentes no interior de São Paulo, um momento de especial emoção.

Em novembro de 1993 iniciei, então, o processo de participação em concurso junto a *The John D. and Catherine T. MacArthur*, de Chicago, para um *fellowship* individual, buscando dar forma acadêmica e encontrar apoio e recursos para seguir o trabalho. Seleccionada na primeira fase, dentre quase 400 candidatos, em janeiro de 1994 estive com vários dos participantes do Fórum, em busca de discutir a proposta que tinha elaborado para a segunda fase, tendo em vista a adesão, mediante cartas de apoio que indicassem a disposição de parceria no projeto que nascia,

⁷ Rosh Hashaná é o Ano Novo judaico, celebrado nos dois primeiros dias do ano, iniciando período de reflexão que precede o Iom Kipur, o Dia do Perdão.

então, com o nome que se tornou público e passou a nos identificar: “Projeto Discriminação, Preconceito, Estigma: Relações de etnias e educação”. Ganhamos também novos aliados por essa época: Geledés – Instituto da Mulher Negra, Federação Israelita do Estado de São Paulo e Reitoria da USP. Em junho de 1994, após mais três etapas eliminatórias do concurso, o projeto foi selecionado como um dos oito aprovados, iniciando-se essa nova fase em agosto do mesmo ano. Nossos antigos participantes, assim como outros nomes destacados que nos deram apoio, passaram a integrar o Comitê Sênior, proposta que incorporei ao projeto como forma de reconhecimento da relevância da colaboração e, mesmo, supervisão. Configurei nesse projeto uma composição de ética e metodologia de trabalho, combinando a pesquisa rigorosa com intervenção educacional, sobre a qual fui convidada a falar em diversos países e com a qual trabalho até hoje⁸.

Também em 1994, pudemos cooperar ativamente na organização do Encontro Preparatório da UNESCO sobre Tolerância na América Latina e Caribe, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que discutiu posições da região para a Declaração da UNESCO sobre Tolerância, uma demanda da Assembleia Geral da ONU visando 1995, o ano de seu Cinquentenário declarado como “Ano Internacional da Tolerância”. Era o início de uma colaboração duradoura e profícua com a UNESCO. Obtivemos o apoio da Universidade de São Paulo para esse Encontro, o que permitiu resultar, posteriormente, no Seminário Internacional USP/UNESCO Ciência, Cientistas e Tolerância, que coordenei, em 1997.

Um dos pontos que surgiu dos debates dessa época foi a questão das migrações, tema que desde então tem merecido também minha atenção, em particular pelas repercussões na vida das crianças filhas dos migrantes. Foi por isso que, com alegria, reencontrei na Metodista a professora Zeila de Brito Fabri Demartini, pesquisadora respeitada no tema, a quem conhecia há muito, do espaço das universidades públicas, que já tínhamos em comum.

Ao mesmo tempo, várias oportunidades se abriram de praticarmos, esse grupo que então se estruturara com o nome de

⁸ Ver, a esse respeito, FISCHMANN e BARBOSA (2009).

“Discriminação, Preconceito, Estigma”, uma intervenção educacional mais intensa do que aquela inicialmente prevista. Basta lembrarmos que nosso grupo se envolveu ativamente, em 1995, com as diversas comunidades representadas, nas discussões da Comissão Especial sobre Ensino Religioso em Escolas Públicas, do Governo do Estado de São Paulo, com resultado muito positivo, com parecer jurídico da Professora Anna Cândida da Cunha Ferraz, da Faculdade de Direito da USP, a respaldar nosso trabalho e mobilização. Conseguimos nessa época uma grande visibilidade para a temática dos Direitos das Minorias em toda a mídia, com repercussões posteriores, que podem ser avaliadas como positivas e, como têm se manifestado, de duradoura permanência.

Em termos de políticas públicas, porém, nossa maior conquista foi a inclusão do tema transversal Pluralidade Cultural nos Parâmetros Curriculares Nacionais do MEC – Ministério da Educação, para o Ensino Fundamental, que tive a honra de redigir, integrando a equipe dos PCNs, e de contar com a presença de várias lideranças sociais, além de acadêmicos, como pareceristas, por sugestão que levei ao MEC. Os PCNs encontraram no documento Pluralidade Cultural uma forma de atender reivindicações históricas dos movimentos sociais, tendo a marca pouco usual em nosso sistema escolar, de estar em aplicação há 12 anos em todo o território nacional, desde 1997. Gerou uma série da TV Escola, com os quais tive envolvimento, em diferentes programas, como roteirista, entrevistada/depoente, fonte, colaboradora da produção; participei, em diferentes anos, de programas da TV Educativa, como o Salto para o Futuro, que me deram familiaridade com o meio televisivo que virá a ser útil em possíveis colaborações, na Metodista, com a professora Norinês Panicacci Bahia, colega no Mestrado e coordenadora do curso de Pedagogia – Modalidade Educação a Distância.

Voltando ao período de publicação inicial dos “Parâmetros”, vale mencionar que o documento Pluralidade Cultural abriu perspectivas no Estado e na academia, auxiliando mudanças importantes e alavancando transformações, não apenas no contexto da escola, da elaboração dos documentos que se seguiram aos PCNs das séries iniciais e relações com a comunidade, como no próprio

debate acadêmico e no próprio campo internacional, abrindo novas áreas e linhas de estudo, até então não reconhecidas. Por exemplo, tem sido gratificante desenvolver um diálogo, que já rendeu artigos, com o professor Joaquim Barbosa, da Metodista, cuja abordagem multirreferencial, na pesquisa, tem tantos vínculos conceituais e éticos com a temática da pluralidade cultural.

Desse debate consolidou-se também, em meu trabalho, no âmbito da pesquisa em políticas públicas, combinada à dimensão cultural da pesquisa educacional, uma linha de estudo e de atuação em defesa das ações afirmativas para indígenas e afro-descendentes, com estudos amparados na Política e no Direito. Também uma linha de estudo e defesa do Estado laico e das minorias religiosas, que, nos últimos anos, alcançou grande projeção junto à opinião pública e ao meio acadêmico. Desse debate, resultaram parcerias, como a que desenvolvo desde o final de 2006 com o professor Luiz Antônio Cunha, da UFRJ, onde em 2007 foi criado o Observatório da Laicidade do Estado do qual sou colaboradora; o apoio da ANPED à defesa do Estado laico, com grande presença de sua presidente, professora Márcia Ângela Aguiar. Além disso, é preciso destacar a consolidação das parcerias com pesquisadores como os professores Alberto do Amaral Júnior, Romualdo Portela de Oliveira e a professora Sueli Carneiro.

Também desse empenho resultou a decisão, em 2009, por parte da SBPC, apoiadora desse trabalho coletivo em defesa do Estado laico desde janeiro de 2007, de criar, junto à sua Diretoria, um Grupo de Trabalho sobre Estado Laico, convidando-me para dele ser a coordenadora e que se encontra em implantação quando escrevo este memorial. De grande alcance, nessa área da laicidade do Estado, é importante mencionar, ainda, o projeto de pesquisa desenvolvido em colaboração com o Movimento do Ministério Público Democrático – MPD, entidade civil associativa de promotores de justiça e procuradores de justiça, que tem sido parceira nesse projeto financiado pela FAPESP inicialmente na USP, em 2008, e que se desenvolve agora, em sua segunda fase, na Metodista, com o apoio e participação, como pesquisador, do professor Claudio Ribeiro, Diretor da Faculdade de

Humanidades e Direito, e do professor Joaquim Barbosa, Coordenador do Mestrado em Educação.

Entrelaçamentos, em prol da paz e dos direitos humanos

A inovação trazida pela proposta desse grupo diverso e plural de acadêmicos e ativistas com quem trabalhava é que inaugurou um modo de trabalhar com os direitos humanos, buscando abordar o universal a partir da diversidade cultural, da pluralidade. Já em Hannah Arendt o tema da pluralidade humana mostra-se central em todo o debate sobre a democracia, do ponto de vista político, e da dignidade humana, do ponto de vista ético. É importante lembrar esse vínculo com a temática dos direitos humanos que vem pela questão da educação (FISCHMANN, 2009), em múltiplas abordagens, como vem pela temática da conciliação e diálogo entre o diverso, em cada particular, e o universal. Nesse sentido, a abordagem de Bobbio (1992) indica o caminho, ao propor a Declaração Universal dos Direitos Humanos como tendo um caráter profético e programático, e sua análise do universal que se constrói cotidiana e historicamente, sendo mais “multiverso” que “universo”.

É interessante mencionar, ainda que brevemente, alguns dos trabalhos acadêmicos vinculados e resultantes dessa abordagem. Destaco inicialmente o *Manual Direitos Humanos no Cotidiano*, obra que, em 1998, celebrou o 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, fruto de uma cooperação da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos com a UNESCO e a USP, por intermédio do grupo de pesquisa “Discriminação, preconceito, estigma”, que ali coordeno. Internamente, na USP, entrelaçou colegas da FEUSP e da Faculdade de Direito; o projeto incluiu, também, a colaboração cotidiana, na pesquisa, de lideranças de movimentos sociais, em particular vinculados aos movimentos negros e movimentos indígenas. No conjunto, a obra final, publicada, contou com a colaboração de cerca de 150 participantes da sociedade civil, sendo 60 ONGs das mais relevantes em nível nacional e internacional, cerca de 35 artistas das artes visuais e mais de 50 personalidades dos mais variados cam-

pos sociais. Constituiu-se em um retrato do trabalho em favor dos direitos humanos no Brasil, naquele momento, valendo-se também de metodologia à época inovadora, em um modo de apresentar-se que antecipava a proposta de hipertexto. No ano de 2008, quando se celebraram os 60 anos da “Declaração”, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República apresentou nova obra, referindo-se, porém, comparativamente, àquela que a antecedeu e fundou uma tradição de buscar reunir colaborações diversas, entre acadêmicos, movimentos sociais e artistas, em um tipo de balanço da situação no Brasil. Decorridos dez anos daquela publicação, sinto-me honrada e grata por ter me sido possível conceber e organizar aquela obra, pioneira, mais um documento do Estado brasileiro pelo qual pude ser responsável.

No campo internacional, o Manual Direitos Humanos no Cotidiano, logo depois de publicado, foi entregue ao Diretor Geral da UNESCO, sendo então por ele apontado, em outubro de 1998, na abertura da reunião anual do Conselho Executivo da UNESCO, como um exemplo, dentre as publicações feitas pela UNESCO em todo o mundo. Esse resultado, aliado às atividades que desenvolvia então há dez anos, levaram à indicação de meu nome para integrar o Grupo de Trabalho Especial de Educação para Direitos Humanos, órgão assessor temporário do Conselho Executivo da UNESCO, Paris, com participação de apenas 12 pessoas do mundo. Ali representei, em suas duas sessões, realizadas em outubro de 1998 e abril de 1999, o GRULAC, Grupo da América Latina e Caribe, que aprovara por aclamação a indicação de meu nome, feita pelo Ministério das Relações Exteriores, como representante brasileira. Foi tempo de colocar, em âmbito internacional, aquilo pelo que vínhamos trabalhando no Brasil, com algo impacto para essa abordagem, de tratar o universal a partir da diversidade, em particular da diversidade cultural.

Terminada a tarefa como representante do GRULAC e, como disseram, em reconhecimento ao trabalho até então desenvolvido, em julho de 1999 fui convidada pelo Diretor Geral da UNESCO a integrar o Júri Internacional do Prêmio UNESCO de Educação para a Paz, em Paris. Esse prêmio foi criado a partir de uma doação da

Nippon Foundation à UNESCO no final dos anos 1970, e o júri internacional compõe-se por cinco jurados ao todo, cada um escolhido em uma região do mundo, dentre educadores que se dedicam a esse trabalho, com mandato de três anos cada um; vale notar que fui a primeira brasileira a integrar esse Júri, desde sua primeira edição em 1981, contando apenas com honrosa companhia brasileira de parte do saudoso professor Paulo Freire, a quem foi atribuído o prêmio em 1986. Simultaneamente, integrei a Comissão Internacional para a Paz na Mente dos Seres Humanos, que reúne os integrantes do Júri ao longo dos anos, fazendo referência à Constituição da UNESCO: “(...) uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz”.

Essas experiências de pesquisa e trabalho, adicionadas a outras nacionais e internacionais, acabaram por encontrar um momento para que me dedicasse à sua reflexão, quando atuei como “*Visiting Scholar*” da Universidade Harvard, nos Estados Unidos, entre 2003 e 2005. Convidada pelo Dr. Herbert C. Kelman, Professor Emérito de Harvard, durante o encontro anual da *International Society of Political Psychology - ISPP*, entidade da qual sou associada desde 1994, que se realizou em Boston, em julho de 2003. Estava próximo o início daquele ano letivo, ao estilo do hemisfério norte, e, embora em cima da hora, o professor Kelman me sugeriu que apresentasse a documentação e a proposta de trabalho, com projeto de pesquisa, porque seu convite e minha aceitação dependeriam da aprovação do colegiado do Departamento de Psicologia Social, composto por todos os professores. Fui aprovada por unanimidade e, no ano seguinte, aprovada para renovação por mais um ano. Como o professor Kelman, meu “*sponsor*”, na linguagem de lá, tem um status diferenciado como professor, meu título de “*Visiting Scholar*” foi acrescido de “*Research Scholar*”, como reconhecimento à dedicação à pesquisa.

Nesses anos tive o privilégio de conviver e estudar com o professor Herb Kelman⁹, uma figura humana da mais elevada

⁹ Sobre detalhes da pessoa e da atuação admirável do professor Kelman, ver Fischmann (2007).

grandeza moral e ética, quando a ele se avizinhava o momento de completar 80 anos de idade. Judeu sobrevivente do Holocausto, chegou aos Estados Unidos nos anos 1940, cedo se dedicando ao tema da paz e da luta em prol dos direitos civis, como era então denominada a luta em favor da igualdade racial, de gênero, de pessoas com deficiência, idosos – enfim, de todos os que eram tradicionalmente excluídos e que passaram a lutar para ser incluídos. Desde 1975 dedica-se prioritariamente ao processo de paz entre israelenses e palestinos, tendo desenvolvido uma metodologia de resolução interativa de conflitos por meio de oficinas ou “*workshops*”. Um seminário em Harvard é oferecido em homenagem a ele, assim como continua coordenando um seminário especificamente sobre Oriente Médio.

Além do Departamento de Psicologia Social, o professor Kelman abriu-me as portas do *Weatherhead Center for International Affairs*, de Harvard, considerado internacionalmente como um *think tank*. Ali participei de outros seminários, além dos diretamente ligados ao Dr. Kelman, e também apresentei resultados de minhas pesquisas, em sessões específicas e palestras; desse contato foi especialmente marcante um seminário debatendo as relações entre economia, sociedade e religião, assim como a amizade que tenho, duradoura, com o professor Jorge Domínguez, atualmente Pró-Reitor para Assuntos Internacionais, de Harvard, um *scholar* excepcional que se dedica à pesquisa sobre governo, relações internacionais e, em particular, América Latina. Foi excelente o contato com *The David Rockefeller Center for Latin American Studies*, no qual também apresentei um seminário e uma conferência, afora aulas e palestras para o curso de Educação Internacional, da *Graduated School of Education*, e para alunos do curso de Português, sobre identidade brasileira, cultura e educação. De outro lado, a riqueza dos seminários e conferências a que pude comparecer, com líderes mundiais e pessoas que têm feito a história dos Estados Unidos e do mundo foi também incomensurável.

Desse tempo em que pude dar uma trégua à minha dedicação cotidiana às coisas do Brasil, para segui-las com maior vagar, tempo também de refletir e sistematizar tantas vivências dos

mais de vinte anos anteriores, voltei fortalecida, tendo o trabalho reconhecido, e com novas perspectivas.

A possibilidade de dar continuidade aos trabalhos em prol dos direitos humanos e da colaboração anterior levou-me a aceitar, no começo de 2006, o convite para atuar como *Expert* UNESCO para a criação da Coalizão Latino-Americana de Cidades contra o Racismo, a Discriminação e a Xenofobia, parte da estratégia integrada da UNESCO para atender o Plano de Ação de Durban, resultante da Conferência contra o racismo, realizada naquela cidade sul-africana em 2001. Acompanhei a implantação da Coalizão, bem como as primeiras conferências gerais reunindo as cidades associadas à iniciativa. É um importante exemplo de como a temática racial se vincula ao tema dos direitos humanos. No diapasão dessa luta, tenho me posicionado em prol das cotas como parte das ações afirmativas indispensáveis para que se possa efetivar a justiça no sentido distributivo, que nossa sociedade precisa compreender e que, com alegria, vim encontrar implementadas na Metodista.

Finalizando esta reflexão, misto de memória e projeto, acabo de receber a informação da decisão da FAHUD, em reunião do seu Conselho, de aprovar a criação do Núcleo de Educação em Direitos Humanos – NEDH. Convidada pelo Diretor da FAHUD, professor Cláudio Ribeiro, a pensar linhas preliminares para o NEDH, a partir de sua intenção original, e da Metodista, sinto-me honrada com a minha designação para ser a coordenadora do NEDH, estruturando-o desde o início, em colaboração com colegas da Metodista que já se dedicam ao tema por vertentes diversas, em uma proposta que visa, potencializando atividades que já têm sido desenvolvidas por outros docentes, antigos na instituição, de diversas áreas, integrar os diversos cursos de graduação e de pós-graduação da FAHUD.

Satisfeita com o trabalho dos orientandos que já assumi na Metodista, de pós-graduação e de graduação, com a participação dos alunos em minhas aulas, apoiada generosamente pelos colegas, coordenador e diretor, nestes passos que são novos para mim, após tanta outra coisa vivida ali e acolá, lembro-me de trecho de um livro infantil, denominado *O jogo do contrário*:

Se de dia que é claro
A gente pensa no que passou
De noite no escuro
Se tem... saudades do futuro! (Masur, 1997)

Com esse sentimento de “saudades do futuro”, de que o melhor está por vir, parabenizo os colegas que me precederam e que, apoiados pela Metodista, estruturaram o Mestrado em Educação, fazendo-o reconhecido pelos órgãos oficiais e pela comunidade acadêmica; colegas estimados que, há dez anos, cotidianamente, vêm construindo este Programa e me honram com o convite para aqui estar. Que daqui a dez anos possamos estar celebrando novamente juntos – TODOS NÓS –, com muito mais que então haverá a contar de tudo que teremos compartilhado.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor et alii. **The authoritarian personality**. New York: Harper and Brothers, 1953.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. 3ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 12ª tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FISCHMANN, Roseli. Escola e trabalho: em busca da dignidade perdida. **Revista da Faculdade de Educação**, v.10, n.2, jul./dez. 1984, p.225-255.

_____. **Discriminação, preconceito, estigma: relações de etnia em escolas e no atendimento à saúde de crianças e adolescentes em São Paulo**. São Paulo, Faculdade de Educação (FE), Universidade de São Paulo (USP), Fundação MacArthur, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, jan. 1994.

_____. Ciência, tolerância e Estado laico. *Cienc. Cult.* [online]. 2008, v. 60, n. spe1, pp. 42-50. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v60nspe1/a0660ns1.pdf>. Acesso em: 31 mai 2009.

_____. Direitos humanos e educação. In Giovanetti, Andréa (org.). **60 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Conquistas do Brasil**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores/Fundação Alexandre de Gusmão, 2009 (no prelo).

_____ & BARBOSA, Joaquim Gonçalves. Pesquisa em pluralidade cultural: abordagens epistemológicas em diálogo. **Múltiplas Leituras** n. 3 (Revista da FAHUD/Universidade Metodista). 2009.

FISCHMANN, Roseli (org.). **Dossiê Kelman – Notandum Libro 9**. São Paulo/Porto:Mandruvá, jun.2007. Disponível também em <http://www.hottopos.com/kelman/index.htm>. Acesso em: 31 mai 2009.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GOUVEIA, Aparecida J. & HAVIGHURST, Robert J.. **Ensino médio e desenvolvimento**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

LAUAND, Luiz Jean. **Do real para o virtual e do virtual para o real: um livro pioneiro** (Prefácio). 20 de fevereiro de 2007. Disponível em <http://www.jeanlauand.com/pagen5b.html> . Acesso em 31 mai 2009.

MASUR, Jandira. **O jogo do contrário**. São Paulo: Ática, 1997.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. As pedras no bolso do feminismo. **Novos Estudos Cebrap**, vol. 2, nº 3 (1984).